



**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo  
Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação

**Processo nº:** 6521/2021

**Projeto de Lei nº:** 104/2021

**Autor:** Ver. Anderson Goggi

**P A R E C E R - V O T O E M S E P A R A D O**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na forma do art. 60, inciso I, c/c art. 100, I, da Resolução nº 2.060/2021, sobre a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 104/2021, de autoria do Vereador Anderson Goggi.

**Relator:**

De autoria do Vereador Anderson Goggi, o projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade de creches, berçários, escolas de ensino fundamental e similares da rede pública e privada submeterem monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos no ato da sua admissão.

O projeto passou por três discussões especiais e, na CCJ, foi relatado pelo Vereador Gilvan da Federal. Foi aprovado nas comissões temáticas e teve uma emenda, para suprimir a expressão “particulares”. Pedi vista do processo para análise mais pormenorizada e notei que, apesar de louvável a exigência do projeto de lei, a proposta possui vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que extrapola a competência constitucionalmente conferida aos vereadores.

Nota-se que o referido projeto de lei dispõe sobre o tratamento conferido pelo município aos servidores públicos, bem como sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal, matérias que são da competência privativa do Chefe do Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II da Constituição Federal.

Deste modo, por carecer o legislador municipal de competência para dispor sobre a matéria, reveste-se o projeto ora apreciado de inconstitucionalidade. No entanto, em razão da importância do tema tratado, sugere-se que a necessidade de adoção de tais medidas de cautela seja levada ao Prefeito, para avaliação da viabilidade de implantação das medidas consignadas na referida proposta legislativa.





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo  
Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação

**Conclusão**

Face ao exposto, opinamos pela INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 104/2021, de autoria do Vereador Anderson Goggi, requerendo a aprovação do parecer.

É o nosso parecer.

**Vereador Leandro Piquet**  
**Republicanos**  
**Relator**

